

Exmo. Cons. JOSÉ ALVES VIANA da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do  
Estado de Minas Gerais

Representação n. 1.092.215

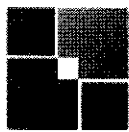
Procedência: Município de Conceição do Rio Verde

Interessado: Pedro Paulo

PEDRO PAULO, brasileiro, inscrito no CPF 632.561.266-34 e no RG M 4.424.196, prefeito do Município de Conceição do Rio Verde, com sede na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº 11, Conceição do Rio Verde/MG, CNPJ 18.008.888/0001-74, CEP 37430-000 apresenta **DEFESA** nos autos da Representação n. 1.092.215 interposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, pelos fundamentos seguintes:

## 1) Tempestividade

A juntada do último AR, que comprova o recebimento da intimação, foi juntada aos autos em 03/12/2020, quinta-feira, ficando estabelecido o *dies a quo* em 04/12/2020, sexta-feira, e o *dies ad quem* em 18/12/2020, sexta-feira, considerando o prazo de 15 dias corridos para apresentação de defesa.



## 2) Súmula da *lide*

Afirma o *Parquet* que recebeu notícia de irregularidade sobre o acúmulo ilícito de vínculos funcionais do médico Sr. Paulo Steiner de Almeida que, em síntese, apontou que o profissional acumulou 4 vínculos funcionais (2 cargos públicos e 2 contratos de trabalho temporário) nas prefeituras municipais de Conceição do Rio Verde, São Lourenço, Itamonte e Baependi com total de 94 (noventa e quatro horas de jornada semanal e remuneração mensal integral de 13.207,21.

Salienta que o Sr. Paulo Steiner de Almeida não observou os pressupostos constitucionais previstos no art. 37, XVI e XVII e apontou a responsabilidade dos municípios envolvidos, vez que a licitude da acumulação de cargos deve ser aferida pelos entes públicos.

Asseverou, ainda, que ocorreu dano ao erário, porquanto não houve a efetiva prestação de serviços pelo Sr. Paulo Steiner de Almeida, já que seria impossível o cumprimento simultâneo das atividades nos municípios envolvidos. Além disso, indicou a responsabilidade dos gestores no regular processamento das despesas públicas, uma vez para que haja a regularidade do pagamento é necessário a efetiva prestação do serviço.

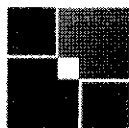
Por fim, requereu que o TCE-MG determinasse que os gestores de cada municipalidade instaurassem Tomada de Contas Especial com a finalidade de apurar o valor do dano ao erário em razão do Sr. Paulo Steiner de Almeida ter sido remunerado pelos cofres públicos.

## 3) Considerações iniciais relevantes

É importante destacar que o Sr. Paulo Steiner de Almeida não possui mais vínculo funcional com o Município de Conceição do Rio Verde e que a atual gestão (2017-2020) manteve o profissional em seus quadros funcionais por apenas 13 meses, como pode ser observado nos 6º e 7º termos aditivos, contratado temporariamente. (doc. 07 e doc. 08)

Além disso, a jornada de trabalho do profissional no Município de Conceição do Rio Verde era de 05 (cinco) horas por dia, todas as quintas-feiras, durante o período de abril a dezembro de 2017 e de janeiro a abril de 2018, conforme doc.

Embora o profissional tenha trabalhado no Município de 2014 a 30/04/2018, conforme afirma a Ministério Público de Contas, eventual irregularidade apurada durante a gestão passada não pode ser atribuída a gestão de 2017- 2020, conforme já decidiu esta corte



em situação semelhante na Representação n. 969352. Rel. Cons. Subst. Hamilton Coelho. Sessão do dia 21/05/2019. Disponibilizada no DOC do dia 26/06/2019.

Feitas essas considerações, passe-se a demonstrar que o chefe do executivo municipal não é responsável pelas irregularidades apontadas pelo Ministério Público de Contas, como se exhibirá a seguir.

#### 4) RAZÕES PARA JULGAR IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO EM FACE DE PEDRO PAULO

##### 4.1) Sobre o tópico II.1 da inicial – acumulação de cargos públicos e funções

Aduziu o *Parquet* que o acúmulo quádruplo de vínculos funcionais, pelo médico Sr. Paulo Steiner de Almeida, remunerados pelos cofres públicos é absolutamente proibido pela Constituição Federal e que caberia ao Município de Conceição do Rio Verde averiguar a acumulação e a compatibilidade de horários.

Salienta-se que quando a atual gestão assumiu a frente do executivo no início de 2017, verificou se o profissional acumulava algum outro cargo público e o Sr. Paulo Steiner de Almeida declarou que não. Veja-se:

#### DECLARAÇÃO

Paulo Steiner de Almeida	
Nome	
Brasileiro	Português
Nacionalidade	Estado Civil
855957100	CPF
Cargo Empenhado	
Rua Paraiba, 476 - 4º andar - Savassi - CEP 30130-140 - Belo Horizonte - MG	
Endereço	

Declaro sob as penas da Lei, e para os devidos fins que não ocupo dois cargos públicos remunerados, conforme previsto no artigo 7, Inciso XVI, alínea a, da Constituição Federal.

Sendo a expressão da verdade, dato e assino.

Conceição do Rio Verde, 01 de 07 de 2017.



Diante disso, caso o Sr. Paulo Steiner tenha acumulado as funções de maneira irregular e tenha dado declaração falsa, não cabe responsabilizar o Município do Rio Verde, pois este não tinha ciência dos fatos.

Além disso, quando tomou ciência da irregularidade apontada, através do ofício-circular nº 7.352/2018 do TCE-MG, em 24/04/2018, o município notificou o médico para que este optasse por um dos cargos. Porém, o referido profissional se absteve de fazê-lo, visto que o contrato com o município terminaria em 30/04/2018. Sendo assim, o Sr. Paulo Steiner **não** integra os quadros da administração pública desde abril de 2018.

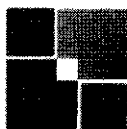
Ademais, em atenção ao entendimento de que cumpre à Administração Pública comprovar a existência de incompatibilidade de horários em cada caso específico. (STJ. MS 19.476/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, primeira seção, julgado em 22/05/2013, DJe 30/08/2013) Assevera-se que no Município de Conceição do Rio Verde, jornada de trabalho do profissional era de 05 (cinco) horas por dia, **todas as quintas-feiras**, durante o período de abril a dezembro de 2017 e de janeiro a abril de 2018, conforme declaração da Secretária de Saúde. Veja-se:

#### **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins de direito que o médico Dr. Paulo Steiner de Almeida, laborava 05 (cinco) horas por dia, todas as quintas-feiras, durante os anos de 2017 a abril de 2018, anos em que estamos à frente dessa gestão, não sabendo informar com relação período anterior, tendo como última remuneração o valor de R\$ 1.555,84 (mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

  
Jussara Zehury Farah  
Secretária Municipal de Saúde

Haja vista que o médico prestava serviço no município apenas **uma** vez na semana por 05 horas diárias é factível que ele possa ter acumulado outras funções, sem a ciência do ente público. Todavia, o Sr. Paulo Steiner declarou ao município de Conceição do Rio Verde que não ocupava outros cargos e quando o município tomou ciência da irregularidade adotou as medidas necessárias a tempo e modo.



Por fim, diante das provas constantes nos autos não há que se falar em multa pelas irregularidades apontadas em face de Pedro Paulo, prefeito de Conceição do Rio Verde, motivo pelo qual a representação em face dele merece ser julgada improcedente.

#### 4.2) Sobre o tópico II.2 da inicial – dano ao erário

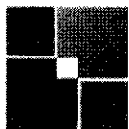
Aduziu o Ministério Público de Contas que ocorreu dano ao erário, porque seria impossível o cumprimento simultâneo das atividades nos municípios envolvidos e em razão disso não houve a efetiva prestação de serviços pelo Sr. Paulo Steiner de Almeida.

Além disso, indicou a responsabilidade dos gestores no regular processamento das despesas públicas, uma vez para que haja a regularidade do pagamento é necessário a efetiva prestação do serviço.

Como é cediço a restituição de valores recebidos pelo servidor que acumulou cargos de forma irregular é devida caso seja constatada a não contraprestação dos serviços.

Nesse sentido entende o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMULAÇÃO ILÍCITA DE FUNÇÕES PÚBLICAS. ASSESSOR JURÍDICO EM DOIS MUNICÍPIOS. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO POR ATO DE IMPROBIDADE. PEDIDO INICIAL. RESSARCIMENTO. DESCABIMENTO. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONDENAÇÃO 55 EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MÁ-FÉ NÃO DEMONSTRADA. IMPOSSIBILIDADE. 1. Inviável o acolhimento de pedido formulado pelo Ministério Público em recurso especial, pela condenação por ato de improbidade tipificado no art. 11 da LIA, não constante da exordial, sob pena de ofensa ao art. 460 do CPC (decisão extra petita). 2. É descabida a devolução dos valores percebidos pelo agente, mesmo nos casos de cumulação ilícita de funções ou cargos, quando efetivamente houve contraprestação dos serviços, em compatibilidade de horários, para não se configurar enriquecimento ilícito da Administração. Precedente da Corte Especial. 3. É pacífica a jurisprudência de que, nas ações civis públicas, não se impõe ao Ministério Público a condenação em honorários advocatícios ou custas, ressalvados os casos em que o autor for considerado litigante de má-fé. Precedentes. 5. Recurso especial parcialmente provido. (STJ - REsp: 565548 SP 2003/0071635-6, Relator: Ministra ELLIANA CALMON, Data de*



*Julgamento: 13/08/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: Dje 20/08/2013)*

No caso dos autos, conforme ficha de frequência e declaração da Secretária de Saúde (doc. 11 e doc. 09) é possível verificar que o serviço foi efetivamente prestado, não havendo que se falar em descumprimento do gestor no que tange a fase de liquidação das despesas públicas.

Portanto, diante das provas constantes nos autos não há que se falar em multa pelas irregularidades apontadas em face de Pedro Paulo, prefeito de Conceição do Rio Verde, motivo pelo qual a representação em face dele não merece prosperar.

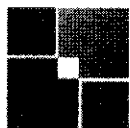
#### 4.3) Sobre o tópico II.3 da inicial – instauração da tomada de contas especial

Diante dos fatos alegado, o Ministério Público de Contas requereu que o TCE-MG determinasse que os gestores de cada municipalidade instaurassem Tomada de Contas Especial com a finalidade de apurar o valor do dano ao erário em razão do Sr. Paulo Steiner de Almeida ter sido remunerado pelos cofres públicos.

No caso de Conceição do Rio Verde, conforme já mencionado, o município tomou ciência das irregularidades através do ofício-circular nº 7.352/2018 do TCE-MG, em 24/04/2018 (doc. 12), e em 30/04/2018 o contrato com o médico, Sr. Paulo Steiner de Almeida, encerrou, terminando de forma definitiva o vínculo funcional do profissional com o ente público. Naquela época, embora o município tenha tomado as medidas cabíveis ao caso, não constatou ocorrência dano ao erário.

Todavia, o Ministério Público de Contas afirma que houve a ocorrência do dano em virtude dos resultados da Malha Eletrônica de Fiscalização nº01/2017. Sendo assim, o quando recebeu a inicial do MP, o município iniciou algumas medidas administrativas internas para abertura do procedimento de Tomada de Contas Especial, nos moldes da IN 03/2013 do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Portanto, não há que se falar em irregularidades praticadas pelo prefeito de Conceição do Rio Verde, Pedro Paulo, motivo pelo qual requerer a improcedência da presente representação.



## 6) Pedidos

Pelo exposto, requer:


- 1) que os pedidos apresentados pelo Ministério Público sejam julgados improcedentes por este Tribunal de Contas;
- 2) a juntada de procuração;
- 3) a juntada de documentos anexos.

Conceição do Rio Verde, 18 de dezembro de 2020.

Bernardo Câmara  
OAB/MG 76.740

João Ribeiro de Oliveira  
OAB/MG 94.771

Flávio Freire  
OAB/MG 104.842

  
Fernanda Rabelo  
OAB/MG 165.685